

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019
AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1087485 - RS (2017/0087141-6)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : **COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL**
ADVOGADO : **RAFAEL BARRETO BORNHAUSEN E OUTRO(S) -**
SC011328
AGRAVADO : **MIGUEL ELHO DOS SANTOS RODRIGUES**
AGRAVADO : **MARIA FRANCISCA DOS SANTOS RODRIGUES**
ADVOGADO : **VINICIUS OLIVEIRA DANIELLI - RS071934**
INTERES. : **EXPRESSO ANDRESSA LOGISTICA LTDA**

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. RESPONSABILIDADE CIVIL. DESLIZAMENTO DA CARGA SOBRE A CABINE DO CAMINHÃO. MORTE DO MOTORISTA. RESPONSABILIDADE DA CSN. DENÚNCIAÇÃO DA LIDE À TRANSPORTADORA REJEITADA. AUSÊNCIA DE OMISSÃO OU CONTRADIÇÃO NO JULGADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AGRADO INTERNO DESPROVIDO.

1. Ainda que inicialmente a transportadora não tenha se insurgido quanto a sua denúncia da lide, ao final, esta foi rejeitada pelo magistrado, ante a constatação de que a responsabilidade pelo acidente foi somente da agravante.
2. Conforme a jurisprudência do STJ, "tendo o Tribunal de origem indeferido o pedido de denúncia da lide, em face do contexto fático-probatório, a revisão desse entendimento encontra óbice na Súmula 7/STJ" (AgRg no AREsp 148.626/PR, Rel. Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, julgado em 01/09/2015, DJe 08/09/2015).
3. Não significa omissão decidir contrariamente ao interesse da parte.
4. Agrado interno desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrichi, Paulo de Tarso Sanseverino, Ricardo Villas Bôas Cueva e Moura Ribeiro votaram com o Sr. Ministro Relator.

Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Brasília, 18 de Fevereiro de 2019 (Data do Julgamento)

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator